



São Bento Energia, Investimento e Participações S.A.

CNPJ/MF 13.985.420/0001-16

NIRE 41.300.093.091

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua Emiliano Pernetta, 756 - 4º andar, Centro

Curitiba - PR

CEP 80420-080

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2016

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional	10
2 Concessões e Autorizações	11
3 Base de Preparação	11
4 Principais Políticas Contábeis	12
5 Caixa e Equivalentes de Caixa	20
6 Clientes	20
7 Partes Relacionadas	21
8 Títulos e Valores Mobiliários	21
9 Investimentos	22
10 Imobilizado	22
11 Empréstimos e Financiamentos	22
12 Provisões para Litígios e Passivo Contingente	23
13 Patrimônio Líquido	24
14 Receita Operacional Líquida	25
15 Custos e Despesas Operacionais	25
16 Resultado Financeiro	26
17 Imposto de Renda e Contribuição Social	27
18 Instrumentos Financeiros	27
19 Seguros	30
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	32
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**AOS ACIONISTAS**

A administração da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (SBE ou Companhia), subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., na condição de empresa Holding que controla quatro Sociedades de Propósito Específico (SPEs), GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., que em conjunto formam um complexo de parques eólicos denominados São Bento, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Aquisição de parques eólicos e operação comercial

Em outubro de 2014 a Companhia Paranaense de Energia - COPEL adquiriu 100% do empreendimento, sendo que, em fevereiro de 2015 teve início a operação comercial do Complexo Eólico São Bento.

Localizado no Rio Grande do Norte, o complexo é formado por quatro parques que possuem uma capacidade instalada de 94,0 MW e garantia física de 46,3 MW médios.

A energia produzida foi comercializada no 2º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em 2010, ao preço médio de R\$ 134,52/MWh.

	GWh		
Fluxo de Energia - São Bento Energia	2016	2015	Var. %
Geração Própria	437	361	21,1
CCEE (MCP)	-	61	-
Disponibilidade Total	437	422	3,6
CCEAR – Outras	382	381	0,3
Perdas e diferenças	55	41	34,1

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2016	2015	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	465.763	459.147	1,4
Caixa e equivalentes de caixa	24.744	10.284	140,6
Dívida total	271.039	286.403	(5,4)
Dívida líquida	246.295	276.119	(10,8)
Receita operacional bruta	85.834	87.663	(2,1)
Deduções da receita	3.166	3.556	(11,0)
Receita operacional líquida	82.668	84.107	(1,7)
Custos e despesas operacionais	38.022	77.414	(50,9)
Resultado das atividades	44.646	6.693	567,1
EBITDA ou LAJIDA	65.466	27.332	139,5
Resultado financeiro	(16.484)	(18.528)	(11,0)
IRPJ/CSLL	6.181	4.384	41,0
Lucro operacional	28.162	(11.835)	(338,0)
Lucro líquido do exercício	21.981	(16.219)	(235,5)
Patrimônio líquido	181.098	161.446	12,2
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,3	0,9	44,4
Liquidez geral (índice)	0,4	0,3	33,3
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	79,2	32,5	143,7
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	149,7	177,4	(15,6)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	34,1	(14,1)	(341,8)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	26,6	(19,3)	(237,8)
Participação de capital de terceiros (%)	61,1	64,8	(5,7)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	13,6	(12,6)	(207,9)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 12 de abril de 2017

Fábio Antônio Dallazem

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente PAULO SÉRGIO SENA
Membros NICOLE DOMAKOSKI
FÁBIO ANTÔNIO DALLAZEM

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA
Membros Titulares LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
DEONILSON ROLDO

Membros Suplentes NORBERTO ORTIGARA
HEITOR DANTAS FILHO
RICARDO VIDINICH

DIRETORIA

Diretor Presidente FÁBIO ANTÔNIO DALLAZEM
Diretor de Gestão FÁBIO ANTÔNIO DALLAZEM
Diretor de Finanças CLAUMIR CORSI RODRIGUES

CONTADOR

CRC-PR-048673/O-6 ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	139	1	24.744	10.284
Clientes	6	-	-	18.260	16.585
Dividendos a receber	7	5.369	3.012	-	-
Outros créditos		7	8	7	8
Imposto de renda e contribuição social		190	602	297	640
Outros tributos a recuperar		-	-	60	12
Partes relacionadas	7	7	-	-	-
		5.712	3.623	43.368	27.529
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	8	42.523	33.949	71.584	59.995
		42.523	33.949	71.584	59.995
Investimentos Imobilizado					
Investimentos	9	174.057	155.623	-	-
Imobilizado	10	-	-	350.811	371.623
		216.580	189.572	422.395	431.618
TOTAL DO ATIVO		222.292	193.195	465.763	459.147

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas		105	111	105	111
Partes relacionadas	7	2.677	-	5.917	5.072
Fornecedores		-	-	253	25
Imposto de renda e contribuição social		156	-	1.248	2.163
Outras obrigações fiscais		1	13	533	1.177
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	20.866	20.576
Dividendos a pagar	7	2.329	-	2.329	-
Outras contas a pagar		101	101	3.115	2.719
		5.369	225	34.366	31.843
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	7	35.807	31.524	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	80	20
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	250.173	265.827
Outras contas a pagar		-	-	11	11
Provisões para litígios	12	18	-	35	-
		35.825	31.524	250.299	265.858
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	13.1	124.978	124.978	124.978	124.978
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.2	48.644	48.644	48.644	48.644
Reserva legal	13.3	490	-	490	-
Dividendo adicional proposto	13.4	6.986	-	6.986	-
Prejuízos acumulados		-	(12.176)	-	(12.176)
		181.098	161.446	181.098	161.446
TOTAL DO PASSIVO		222.292	193.195	465.763	459.147

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	-	-	82.668	84.107
Custos Operacionais	15	-	-	(28.436)	(66.103)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	54.232	18.004
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas gerais e administrativas	15	(1.199)	(1.465)	(9.309)	(11.311)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	(18)	-	(277)	-
Resultado da equivalência patrimonial	9	20.791	(17.117)	-	-
		19.574	(18.582)	(9.586)	(11.311)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		19.574	(18.582)	44.646	6.693
Resultado Financeiro	16				
Receitas financeiras		4.980	2.448	10.830	7.191
Despesas financeiras		(69)	(72)	(27.314)	(25.719)
		4.911	2.376	(16.484)	(18.528)
LUCRO OPERACIONAL		24.485	(16.206)	28.162	(11.835)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17				
Imposto de renda e contribuição social		(2.504)	(13)	(6.122)	(4.363)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(59)	(21)
		(2.504)	(13)	(6.181)	(4.384)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		21.981	(16.219)	21.981	(16.219)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	21.981	(16.219)	21.981	(16.219)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	21.981	(16.219)	21.981	(16.219)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2015	46.940	78.038	202	3.841		-	129.021
Aumento de capital	78.038	(78.038)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	48.644	-	-	-	-	48.644
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(16.219)	(16.219)
Compensação de prejuízo	-	-	(202)	(3.841)	-	4.043	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	124.978	48.644	-	-	-	(12.176)	161.446
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.981	21.981
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	-	-	490	-	-	(490)	-
Dividendos	-	-	-	-	6.986	(9.315)	(2.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	124.978	48.644	490	-	6.986	-	181.098

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		21.981	(16.219)	21.981	(16.219)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais:					
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	11.2	-	-	26.683	24.639
Imposto de renda e contribuição social	17	2.504	13	6.122	4.384
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	60	-
Resultado da equivalência patrimonial	9	(20.791)	17.117	-	-
Depreciação do imobilizado	10	-	-	20.820	20.639
Provisão para litígios		18	-	35	-
		3.712	911	75.701	33.443
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	(1.675)	(8.596)
Outros créditos		1	688	1	-
Imposto de renda e contribuição social		412	(495)	343	(398)
Outros tributos a recuperar		-	-	(48)	-
		413	193	(1.379)	(8.994)
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		(6)	2	(6)	2
Partes relacionadas		-	20.276	845	4.725
Fornecedores		-	-	683	(20.513)
Outras obrigações fiscais		(12)	33	(644)	992
Outras contas a pagar		-	97	396	-
		(18)	20.408	1.274	(14.794)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		4.107	21.512	75.596	9.655
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.348)	(13)	(7.037)	(2.675)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	-	-	(22.986)	(23.550)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		1.759	21.499	45.573	(16.570)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(8.574)	(33.949)	(11.589)	(59.995)
Créditos concedidos a partes relacionadas		(7)	-	-	-
Aportes em investimentos	9	-	(48.643)	-	-
Aquisições de imobilizado		-	-	(463)	(534)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
		(8.581)	(82.592)	(12.052)	(60.529)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	11.2	-	-	420	-
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	-	-	(19.481)	(19.514)
Ingresso de obrigações com partes relacionadas		6.960	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	48.644	-	48.644
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
		6.960	48.644	(19.061)	29.130
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		138	(12.449)	14.460	(47.969)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	1	12.450	10.284	58.253
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	139	1	24.744	10.284
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		138	(12.449)	14.460	(47.969)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Rua Emiliano Perneta, 756 - 4º andar, Centro, Curitiba - PR e tem como objetivo principal o desenvolvimento, execução e operação de projetos de energia elétrica, além da gestão, mediante participações societárias, de sociedades que desempenhem essas mesmas atividades.

Em 12.11.2015, a Companhia foi transferida, por aumento de capital, da Companhia Paranaense de Energia - Copel para a Copel Geração e Transmissão S.A.

Suas operações são representadas substancialmente pela participação de 100% do capital social das controladas a seguir relacionadas:

- a)** GE Olho D' Água S.A., com propósito específico de exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte e a comercialização de energia elétrica, com potência instalada de 30 MW/h e 15 aerogeradores;
- b)** GE Boa Vista S.A., com propósito específico de exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte e a comercialização de energia elétrica, com potência instalada de 14 MW/h e 7 aerogeradores;
- c)** GE Farol S.A., com propósito específico de exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte e a comercialização de energia elétrica, com potência instalada de 20 MW/h e 10 aerogeradores; e
- d)** GE São Bento do Norte S.A., com propósito específico de exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte e a comercialização de energia elétrica, com potência instalada de 30 MW/h e 15 aerogeradores.

Para a produção de energia pelas referidas controladas existem contratos firmados de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fonte Alternativa de Geração, realizado em agosto de 2010.

2 Concessões e Autorizações

Contratos de Autorização das Controladas		Vencimento
GE Boa Vista S.A	Portaria MME nº 276/2011 - Usina Eolioelétrica - EOL Dreen Boa Vista	27.04.2046
GE Farol S.A.	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	19.04.2046
GE Olho D'Água S.A.	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	31.05.2046
GE São Bento do Norte S.A.	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	18.05.2046

3 Base de Preparação

3.1 Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 12.04.2017.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 4.1 - Base de consolidação;
- NE nº 4.2 - Instrumentos financeiros; e
- NE nº 4.8 - Arrendamentos.

3.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 4.3 e 10 - Imobilizado;
- NE nº 4.4 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NE nºs 4.5 - Provisões;
- NE nº 4.6 - Receita não faturada;
- NE nº 4.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NE nº 4.7 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

4 Principais Políticas Contábeis

4.1 Base de consolidação

4.1.1 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

4.1.2 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da investidora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

4.2 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos financeiros

4.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia e suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

4.2.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

4.2.3 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e as perdas acumulados mantidos no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício.

4.2.4 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria se a Companhia e suas controladas têm intenção e capacidade de mantê-los até o seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

4.2.5 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.2.6 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.2.7 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

4.4 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.4.1 Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

4.5 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sim do que não ocorrer.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

4.6 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

A Receita não faturada corresponde a estimativa com base nos preços e montantes contratados (CCEARs) e a estimativa na liquidação da energia vendida na CCEE.

4.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

4.8 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

4.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia e suas controladas estão mencionadas a seguir:

4.9.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Como a Companhia e suas controladas não aplicam a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas no que tange às alterações da norma sobre este tópico. Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, a Companhia está avaliando os eventuais impactos da adoção desta norma.

4.9.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que tendem a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4.9.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

4.9.4 Alterações ao IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas

Emitidas em 19.01.2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática.

As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4.9.5 Alterações ao IAS 7 / CPC 03 - Iniciativa de divulgação

Emitidas em 29.01.2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento.

Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações.

O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salienta também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos.

As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4.9.6 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira.

O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia e de suas controladas não possuem transações em moeda estrangeira. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC, a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4.9.7 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia e suas controladas não possuem propriedade para investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4.9.8 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas:

- i) alterações à IFRS 1 – adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adoptantes ao IFRS;
- ii) alterações à IFRS 12 – divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5; e
- iii) alterações ao IAS 28 - investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo de acordo com a IAS 28 por uma organização de capital de risco.

Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras consolidadas.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e bancos conta movimento	4	1	1.436	1.251
Aplicações financeiras de liquidez imediata	135	-	23.308	9.033
	139	1	24.744	10.284

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se à Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas em 100% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Clientes

Consolidado	Saldo vincendo	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2016	31.12.2015
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Receita faturada	-	2.117	9.555	11.672	2.021
Receita não faturada	6.588	-	-	6.588	14.564
	6.588	2.117	9.555	18.260	16.585

Os valores vencidos há mais de 90 dias referem-se às operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sem risco de crédito.

7 Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo circulante				
Controladas				
GE Farol S.A. - dividendos	5.369	3.012	-	-
Outros (a)	7	-	-	-
Passivo circulante				
Controlador				
Copel Geração e Transmissão - dividendos	2.329	-	2.329	-
Controladas (a)				
GE Boa Vista S.A.	379	-	-	-
GE Farol S.A.	150	-	-	-
GE Olho D'Água S.A.	224	-	-	-
GE São Bento do Norte S.A.	1.924	-	-	-
	2.677	-	-	-
Entidade sob controle comum				
Copel Renováveis S.A. (b)	-	-	5.917	5.072
Passivo não circulante				
Controladas (c)				
GE Boa Vista S.A.	3.467	3.094	-	-
GE Farol S.A.	13.988	12.265	-	-
GE Olho D'Água S.A.	7.538	6.506	-	-
GE São Bento do Norte S.A.	10.814	9.659	-	-
	35.807	31.524	-	-

- a) Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos incorridos em 2016, os quais serão ressarcidos em 2017.
- b) Em 2015 e 2016, a Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes.
- c) A São Bento Energia, Investimento e Participações S.A, na qualidade de interveniente junto aos financiamentos do BNDES com as suas controladas GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., recebe e faz transferências financeiras para suas controladas visando manter os saldos relativos a cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas, conforme exigência contratual (NE nº 11).

As despesas de remuneração e demais gastos dos administradores estão demonstradas na NE nº 15.1.

8 Títulos e Valores Mobiliários

Corresponde à aplicações financeiras em fundo de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, com rentabilidade de 13,50% a.a.

Os recursos são vinculados ao financiamento mantido pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para garantir a operação.

9 Investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2015	Equivalência patrimonial	Afac	Saldo em 31.12.2015	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Saldo em 31.12.2016
GE Boa Vista S.A.	16.361	(1.737)	7.315	21.939	1.677	-	23.616
GE Farol S.A.	37.646	(5.484)	8.713	40.875	9.923	(2.357)	48.441
GE Olho D'Água S.A.	34.046	(5.191)	16.618	45.473	4.498	-	49.971
GE São Bento do Norte S.A.	36.044	(4.705)	15.997	47.336	4.693	-	52.029
	124.097	(17.117)	48.643	155.623	20.791	(2.357)	174.057

10 Imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2015	Adições	Depreciação (a)	Capitalizações	Saldo em 31.12.2015	Adições	Depreciação (a)	Transferências	Saldo em 31.12.2016
Em serviço									
Máquinas e equipamentos	405.440	-	(20.639)	(18.037)	366.764	-	(20.820)	1	345.945
Móveis e utensílios	-	-	-	1	1	-	-	-	1
	405.440	-	(20.639)	(18.036)	366.765	-	(20.820)	1	345.946
Em curso									
Custo	-	5.392	-	(534)	4.858	463	-	(456)	4.865
	-	5.392	-	(534)	4.858	463	-	(456)	4.865
	405.440	5.392	(20.639)	(18.570)	371.623	463	(20.820)	(455)	350.811

(a) Taxa média de depreciação de 3,85 % (4,40 % em 2015)

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2016 e 2015.

11 Empréstimos e Financiamentos

Contrato BNDES	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado		
							31.12.2016	31.12.2015	
11211521	GE Farol	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	54.100	52.053	55.087	
11211531	GE Boa Vista	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	40.050	38.482	40.726	
11211541	GE S.Bento do Norte	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	90.900	87.275	92.362	
11211551	GE Olho D'Água	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	97.000	93.229	98.228	
							271.039	286.403	
							Circulante	20.866	20.576
							Não circulante	250.173	265.827

Destinação: construção e implantação de centrais geradoras eólicas.

Garantias: penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2016	Consolidado
2018	19.881
2019	19.881
2020	19.881
2021	19.881
2022	19.881
Após 2022	150.768
	250.173

11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Em 1º.01.2015	20.747	284.081	304.828
Encargos e variação monetária	23.666	973	24.639
Transferências	19.227	(19.227)	-
Amortização - principal	(19.500)	-	(19.500)
Pagamento - encargos	(23.564)	-	(23.564)
Em 31.12.2015	20.576	265.827	286.403
Ingressos	-	420	420
Encargos e variação monetária	23.010	3.673	26.683
Transferências	19.747	(19.747)	-
Amortização - principal	(19.481)	-	(19.481)
Pagamento - encargos	(22.986)	-	(22.986)
Em 31.12.2016	20.866	250.173	271.039

11.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

As controladas da Companhia contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar o seu controlador efetivo direto ou indireto, sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2016, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

Abaixo destacamos os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicador Financeiros	Limite
São Bento Energia, Investimento e Participações GE Boa Vista S.A. GE Farol S.A. GE Olho D'Água S.A. GE São Bento do Norte S.A.	Contrato de Cessão BNDES BNDES Finem nº 11211531 BNDES Finem nº 11211521 BNDES Finem nº 11211551 BNDES Finem nº 11211541	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

12 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por processos judiciais de natureza trabalhistas. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 4.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2016, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras, avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, são de natureza trabalhista, no montante de R\$ 150 na Controladora e no consolidado, e de natureza tributária, no montante de R\$ 23.673 no consolidado.

13 Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2016 monta a R\$ 124.978 (R\$ 124.978, em 31.12.2015), composto por 124.978.000 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Copel.

13.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Copel Geração e Transmissão S.A, por meio de instrumento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Afac, definiu que o montante de R\$ 48.644, será integralizado como Capital Social na Assembleia Geral a ser realizada no mês de abril de 2017.

13.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

13.4 Dividendo adicional proposto

Controladora	31.12.2016	31.12.2015
(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	21.981	(16.219)
(-) Absorção de prejuízo acumulado	(12.176)	-
Lucro líquido ajustado	9.805	-
Reserva legal (5%)	(490)	-
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	9.315	-
	2.329	-
(2) Dividendos propostos	9.315	-
(3) Dividendo adicional proposto (2-1)	6.986	-

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas ao final do exercício.

14 Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2016	31.12.2015
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	79.451	72.458
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	6.383	15.205
(-) PIS/Pasep e Cofins	(3.166)	(3.556)
	82.668	84.107

15 Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2016	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	31.12.2015
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(49)	-	-	(49)	(41.238)	-	(41.238)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.899)	-	-	(3.899)	(3.158)	-	(3.158)
Pessoal e administradores (15.1)	(1.364)	(3.194)	-	(4.558)	-	(4.789)	(4.789)
Planos previdenciário e assistencial	(291)	(391)	-	(682)	-	(470)	(470)
Material	(7)	(59)	-	(66)	-	(480)	(480)
Serviços de terceiros (15.2)	(1.965)	(2.423)	-	(4.388)	(1.068)	(3.338)	(4.406)
Depreciação e amortização	(20.818)	(2)	-	(20.820)	(20.639)	-	(20.639)
Provisão para litígios	-	-	(38)	(38)	-	-	-
Outros custos e despesas operacionais (15.3)	(43)	(3.240)	(239)	(3.522)	-	(2.234)	(2.234)
	(28.436)	(9.309)	(277)	(38.022)	(66.103)	(11.311)	(77.414)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2016	Despesas gerais e administrativas	31.12.2015
Pessoal e administradores (15.1)	(949)	-	(949)	(949)	(949)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	-	(15)	(15)
Material	-	-	-	(30)	(30)
Serviços de terceiros	(100)	-	(100)	(321)	(321)
Provisão para litígios	-	(18)	(18)	-	-
Outras despesas operacionais	(150)	-	(150)	(150)	(150)
	(1.199)	(18)	(1.217)	(1.465)	(1.465)

15.1 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal				
Remunerações	-	-	2.099	2.411
Encargos sociais	-	-	684	799
Auxílio alimentação e educação	-	-	189	188
Participação nos lucros e/ou resultados	-	-	91	90
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	-	-	18	38
	-	-	3.081	3.526
Administradores				
Honorários	774	811	1.181	1.112
Encargos sociais	158	134	267	145
Outros gastos	17	4	29	6
	949	949	1.477	1.263
	949	949	4.558	4.789

15.2 Serviços de terceiros

Consolidado	31.12.2016	31.12.2015
Manutenção do sistema elétrico	1.869	1.069
Manutenção de instalações	1.293	1.176
Consultoria e auditoria	428	958
Comunicação, processamento e transmissão de dados	295	54
Outros serviços	503	1.149
	4.388	4.406

15.3 Outros custos e despesas operacionais

Consolidado	31.12.2016	31.12.2015
Arrendamentos e aluguéis	1.581	1.361
Tributos	232	682
Propaganda e publicidade	126	27
Outros custos e despesas	1.583	164
	3.522	2.234

16 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	4.980	2.448	8.935	6.765
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	1.895	-
Outras receitas financeiras	-	-	-	426
	4.980	2.448	10.830	7.191
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	-	-	26.690	24.639
Outras despesas financeiras	69	72	624	1.080
	69	72	27.314	25.719
Líquido	4.911	2.376	(16.484)	(18.528)

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Receitas com Venda de Energia	-	-	86.711	97.404
Receitas com Venda de Energia Mercado Curto Prazo Estimada	-	-	490	-
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	4.979	52	8.758	4.309
(-) IOF	-	-	(2)	-
Base de cálculo IRPJ 8%	4.979	52	15.732	12.102
Base de cálculo CSLL 12%	4.979	52	19.221	15.997
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	1.195	13	4.089	3.255
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	474	-	1.454	1.108
Apuração IRPJ/CSLL complementar 2015	835	-	835	-
(-) Reversão Apuração IRPJ/CSLL Mercado Curto Prazo 12/2015	-	-	(256)	-
Imposto de renda e contribuição social	2.504	13	6.122	4.363
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Receita financeira provisionada	-	-	174	60
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	-	-	59	21

18 Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	24.744	24.744	10.284	10.284
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários (b)	8	2	71.584	71.584	59.995	59.995
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (a)	6		18.260	18.260	16.585	16.585
Total dos ativos financeiros			114.588	114.588	86.864	86.864
Passivos Financeiros						
Outros passivos financeiros						
Fornecedores (a)			253	253	25	25
Empréstimos e financiamentos (c)	11		271.039	228.786	286.403	286.403
Total dos passivos financeiros			271.292	229.039	286.428	286.428

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

- c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 124% do CDI para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado		
Exposição ao risco de crédito	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e equivalentes de caixa (a)	24.744	10.284
Títulos e valores mobiliários (a)	71.584	59.995
Clientes (b)	18.260	16.585
	114.588	86.864

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia e suas controladas. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias para débitos superiores a R\$ 200.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2019, repetem-se os indicadores de 2018 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2016							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	2.837	7.472	33.523	148.186	227.640	419.658
Fornecedores	-	-	253	-	-	-	253
		2.837	7.725	33.523	148.186	227.640	419.911
31.12.2015							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	-	-	45.966	161.552	271.265	478.783
Fornecedores	-	-	-	25	-	-	25
		-	-	45.991	161.552	271.265	478.808

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 11.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia e suas controladas não celebraram contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2016 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic – 9,00% e TJLP – 7,50%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2017 do Relatório Focus do Bacen de 17.03.2017.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2016	Cenários Projetados - dez/2017		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	71.584	6.443	4.832	3.221
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos BNDES	Alta TJLP	271.039	20.328	25.410	30.492

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2016, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

19 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado	Término da vigência	Importância segurada			
		GE Boa Vista S.A.	GE Farol S.A.	GE Olho D'Água S.A.	GE São Bento do Norte S.A.
Apólice					
Garantia Financeira - Extremoz (a)	16.11.2017	72	105	159	159
Riscos Operacionais (b)	29.12.2017	65.749	101.261	141.689	141.229
Responsabilidade Civil Geral (c)	29.12.2017	20.000	20.000	20.000	20.000
Seguro D&O (d)	28.03.2018	81.478	81.478	81.478	81.478
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte (e)	14.09.2018	6.447	6.481	8.904	11.700

a) Garantia Financeira

Garante as obrigações de pagamento assumidas pelas controladas nos contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmados com a Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. O seguro de garantia contratado possui como avalista a Copel.

b) Riscos Operacionais

Apólice contratada tipo *all risks* (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis) para os equipamentos em operação no parque eólico.

c) Responsabilidade Civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais das controladas.

d) Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores - D&O

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - Directors & Officers, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pelas controladas. O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2016, de R\$ 3,2591.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro dos seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Copel e pessoas indicadas pela Copel para ocupar cargos equivalentes nas empresas subsidiárias e controladas.

e) Garantia Judicial

Garante a liquidação de sentença transitada em julgado de processos judiciais contra as controladas. Possui o mesmo respaldo que a caução em processos judiciais, substituindo os depósitos judiciais em dinheiro, a penhora de bens e a fiança bancária. O seguro de garantia contratado possui como avalista a Copel.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
São Bento Energia, Investimento e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 13 de abril de 2016 e 5 de abril de 2017 para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e de suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e de suas controladas e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 12 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Os membros do Conselho Fiscal da SÃO BENTO ENERGIA, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 12 de abril de 2017

JOÃO ALBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho

DEONILSON ROLDO
Conselheiro

HEITOR DANTAS FILHO
Conselheiro